



DA DIFERENCIACÃO ECONÔMICA À INTEGRAÇÃO ECOLÓGICA: REFLEXÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS SOBRE A SUSTENTABILIDADE INDIANA

Animesh Roy

“A Terra tem recursos suficientes para satisfazer as necessidades de todos, mas não o suficiente para satisfazer a ganância de uma só pessoa.”

Mahatma Ghandi

Dita muito antes por Mahatma Gandhi, tal reflexão se refere ao desenvolvimento ambiental sustentável e da distribuição equitativa de recursos muito antes de tais termos se tornarem uma frase de efeito na linguagem comum. A declaração de Gandhi feita durante o período do colonialismo britânico expõe a grave depredação ambiental e econômica da Índia sob o domínio britânico e sobre como “o imperialismo econômico de um único reino insular [manteve] o mundo “acorrentado”. Para compreender a sensibilidade ambiental da declaração de Gandhi, ela deve ser lida não apenas no contexto imediato da exploração econômica colonial pelos britânicos, mas também nos seus processos a nível micro, tais quais a desigual alocação de recursos, a distribuição e os seus efeitos sobre os sujeitos em geral, um grande exemplo de deficiência econômica, que Amartya Sen argumenta em seu livro *Poverty and Famines* (1981) (Pobreza e Fome), a grande fome no estado Bengala (1943). Sen argumenta que a Grande Fome de Bengala, assim como as fomes na Etiópia de 1973 e 74 não se deveram principalmente à falta de abastecimento alimentar, mas em grande medida porque um grande número de pessoas não tinha direito legal à alimentação. Como um renomado economista sobre o bem-estar, ele é frequentemente reconhecido como a “consciência da sua profissão”. A sua intervenção em questões relacionadas a pobreza, a fome e a desigualdade inspirou os investigadores a voltarem a sua atenção para questões de bem-estar básico das populações referentes à questões sobre a pobreza, a fome, a saúde, o gênero e o meio-ambiente onde todos esses problemas estão interligados, especialmente no Sul Global. Essas questões não só

constituem o núcleo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030, mas também que necessitam de séria consideração.

Sen, ao contrário da maioria dos economistas do Norte, evitou que a sua proposta anterior de desenvolvimento através da 'formação de capital', objetivando a minimização da pobreza através do incentivo ao trabalho árduo, que deu origem a uma teorização juntamente com o economista Mahbub ul Haq, os quais defendem o "Índice de Desenvolvimento Humano" (1990). Essa teoria mais tarde se tornou a medida padrão para categorizar o desenvolvimento de uma nação nos relatórios de "desenvolvimento humano" da ONU. O fato de Sen ter retirado a sua posição inicial sobre o crescimento intensivo de capital é um reflexo do seu despertar para a forma como as supostas categorias universais do conhecimento científico moderno e do desenvolvimento económico, que foram basicamente os desdobramentos da Era do Iluminismo, não são universais, mas sim projectos do patriarcado ocidental moderno.

No discurso presidencial na conferência de 2013 sobre a Sociedade Indiana para a Economia Ecológica, o orador Nilanjan Ghosh argumentou que, até à década de 1930, o foco principal da investigação econômica ocidental do século XX estava nas nações relativamente ricas. Foi só depois da Segunda Guerra Mundial que o foco mudou para os países da Ásia, África e América Latina e, mesmo assim, o desenvolvimento foi concebido principalmente nas linhas de formação de capital e crescimento do Produto Nacional Bruto (PIB)ⁱ. Aliás, o "Desenvolvimento" foi essencialmente um projecto pós-colonial, concebido e executado pelo Ocidente, um modelo de progresso baseado na ocidentalização das categorias econômicas – das necessidades, da produtividade e do crescimento, moldado nos moldes daqueles que o fizeram. Eles não tiveram de passar pela história violenta do colonialismo e da extração intensiva de recursos. Os conceitos e categorias ocidentais de desenvolvimento econômico e utilização de recursos naturais foram subprodutos da industrialização e do crescimento do capital durante o colonialismo. Esse crescimento foi essencialmente baseado na violência intrínseca contra o poder de produção, criação e renovação da natureza e da diversidade que passaram a ser considerados universalmente normativos, totalmente diferente e inadequado ao contexto social dos povos dos países recentemente independentes do Terceiro Mundo.

Esse projeto Não levou em conta a diferença entre subsistência e pobreza. Embora a compreensão cultural da subsistência implique a ideia de auto-abastecimento das necessidades básicas e não seja necessariamente um indicador de pobreza material como resultado da

desapropriação e da privação. Economicamente as considera como não participassem nos processos de mercado econômico e não consumissem alimentos e recursos produzidos através da cadeia de abastecimento. Por sua vez, a economia ocidental, com os seus investimentos na reprodução capitalista, os considerou como pessoas atingidas pela pobreza numa sociedade em que de outra forma seria auto-suficientes, e como tal um remédio para o qual propôs a política de cultivo comercial que era muito mais intensiva em recursos e que levou à degradação dos processos de existência autoconfiantes e auto-renováveis. O raciocíneo de Ramachandra Guha (1989), historiador e ativista ambiental indiano, não está distante dessa perspectiva quando, em resposta à pergunta sobre a conservação da biodiversidade através do enquadramento ocidental, exclamou que a consequência social da promoção de um “sapato serve para todos os tipos de solução”, como seus idealizadores almejam são “é um fato grave”. Argumentando a falácia da Índia ter subscrito um modelo ocidental de desenvolvimento pós-Independência, Guha salienta que “dada a densidade populacional do país e a fragilidade das ecologias tropicais, a Índia [...] errou ao seguir o modelo de uso intensivo de energia, modelo de desenvolvimento econômico intensivo em capital e intensivo em recursos, iniciado pelo Ocidente.

Quando o país se libertou do domínio britânico em 1947, deveria ter adotado um padrão de desenvolvimento mais ascendente, orientado para a comunidade e ambientalmente responsável.” (web)

O “desenvolvimento” no sentido de acumulação de capital e comercialização da economia através da extração de recursos naturais para a criação de excedentes de recursos e de lucro, ignorando o princípio da renovabilidade da natureza, reproduziu os problemas da pobreza e da expropriação.

Se olharmos para os Objetivos de Sustentabilidade da ONU para 2030 dos indicadores de pobreza, alimentação, fome, saúde e igualdade de gênero, é essencial compreender-se que embora a realização de cada um destes objetivos individuais seja significativa, essas conquistas seriam impossíveis ou, na melhor das hipóteses, parciais se não analisarmos a relação complexa e sempre mutante entre eles, e como a política alimentar étnica em vários níveis. A economia ofuscou o trabalho das mulheres na cadeia alimentar, que de outra forma seriam as principais produtoras de alimentos da sociedade, porque as mulheres trabalham para o lar e não para o mercado.

Apesar das mulheres desempenharem um papel fundamental na agricultura e na sua renovação e sustentabilidade, o seu trabalho tende a passar despercebido e não registrado, uma

vez que trabalham principalmente nas esferas domésticas, para além da “fronteira da produção”. Ao tornar o trabalho das mulheres invisível na cadeia alimentar, tanto na produção como na preparação de alimentos, e ao considerá-lo inadequado, atrasado e antiquado, e acrescentando a isso despojando-as dos direitos de propriedade sobre terra e, portanto, do controle político dos recursos naturais, e deixando tudo para a economia de mercado, o agregado familiar e a comunidade tornaram-se, por sua vez, inseguros em termos alimentares e de saúde, juntamente com a degradação e destruição do meio-ambiente – a longo prazo problema incidirá sobre as mudanças climáticas.

Embora Sen aparentemente dê prioridade ao bem-estar humano, evitar a “linha verde radical” levou-o muitas vezes a ser acusado pelos seus colegas economistas de não compreender “a enorme transformação da paisagem ecológica da Índia nas últimas décadas como um fator na vida dos mais pobres do país”. ou mesmo que pudesse, também “só de passagem”. A sua relação com a preocupação ambiental é mais interessante do que parece. Ela é um reconhecimento das questões da fome, da segurança alimentar, da desnutrição e, portanto, da segurança da saúde pública através do enquadramento do meio-ambiente. No seu ensaio de 1962 intitulado “Um Aspecto da Agricultura Indiana”, Sen argumentou como as explorações agrícolas indianas mais pequenas eram muito mais eficientes do que a agricultura industrializada. Os escritos posteriores de Sen reconheceram que a própria existência dos seres humanos é “totalmente dependente do meio ambiente” e “nos preocuparmos com as exigências climáticas do desenvolvimento sustentável, é essencial para termos em mente o muito maior e mais severo quadro da dependência ambiental das vidas em geral e das vidas humanas em particular.” A compreensão de Sen sobre a sustentabilidade ambiental, particularmente no que se refere à Índia, inclui uma atitude responsável dos cidadãos de hoje na discussão da situação difícil da sociedade e do mundo em geral, algo que se estende para além das próprias vidas, um pensamento que tem um claro tom Tagoreano de humanismo mundial ou humanismo espiritual.

A importância da teorização econômica elaborada por Sen para os objetivos da ONU para o desenvolvimento sustentável até 2030 para os países periféricos, especialmente a Índia, é que ela provoca tanto **um debate** acadêmico sério, quanto acomoda a necessidade de colaboração entre Norte-Sul e Sul-Sul analisando as preocupações em nível comunitário e tentando sublinhar as preocupações sobrepostas sobre a pobreza, a fome e **categorias** como gênero e meio-ambiente, permanecendo aberto às possibilidades de mutabilidade **entre** cada um dos dezessete objetivos.

Curiosamente, os dezessete objetivos de pontos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotados por todos os membros das Nações Unidas em 2015, concluem com a necessidade de uma parceria e cooperação global mais forte, e de reforçar a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul que, embora lide com o meio-ambiente, a degradação ajudaria os países em desenvolvimento a alcançar um sistema comercial universal livre, justo e equitativo. Embora seja praticável adoptar uma agenda comum para lidar com as questões das alterações climáticas e do impensável a nível global, o conflito entre países reside principalmente em questões de custos e responsabilidades envolvidas na abordagem do desafio global, em vez de adaptar qualquer comportamento ambiental comum específico. Muitos países optam por não aderir aos critérios limitantes comuns estabelecidos para reduzir a degradação ambiental global que não reconhecem a trajetória do seu processo de desenvolvimento e a sua preparação para fornecer os recursos necessários para tecnologias amigas do meio-ambiente. Além disso, um argumento que tem frequentemente prejudicado a construção de um consenso comum sobre a sustentabilidade ambiental a nível global é a questão da amnésia histórica da exploração ambiental por parte dos países ricos, e de uma concomitante justiça ambiental.

Além disso, um argumento que tem frequentemente prejudicado a construção de um consenso comum sobre a sustentabilidade ambiental a nível global é a questão da amnésia histórica da exploração ambiental por parte dos países ricos, e de uma concomitante justiça ambiental. Tais argumentos de depredação ambiental por parte dos países mais ricos no passado nas antigas colônias exigem algumas reparações pela sua histórica violação ambiental por parte dos países comparativamente mais pobres. Shashi Tharoor, o Ministro do Parlamento Indiano, explorou no seu livro *Inglorious Empire: What the British did to India? (2017)* (Império Inglório: O que os britânicos fizeram à Índia sobre como os britânicos) – “Eles drenaram a sociedade indiana dos seus recursos que normalmente teriam impulsionado o seu crescimento natural e desenvolvimento **econômico**”. Como a economia britânica não podia permitir uma representação quantificável da riqueza extraída da Índia, Tharoor acreditava que algum tipo de expiação moral seria suficiente para os pecados cometidos pelos antepassados do passado, uma versão que muitos dos seus críticos não subscrevem. **Alguns deles**, Apontam para a incapacidade de Tharoor de compreender a materialidade do colonialismo e o seu legado. Tharoor considera o colonialismo mais como um fenômeno moral do passado e, portanto, como a-histórico, em vez de um fenômeno com impacto contínuo na vida de milhões de pessoas. Contrário a Tharoor, Sen é cético em relação à exigência de reparações para expiar os erros do

passado. Para ele, em vez de remoer os erros do passado, é mais sensato virar a página do passado. Em vez disso, deveríamos estar mais conscientes da proporção desigual dos “bens comuns globais” – o conjunto de ar, água e outros recursos naturais que os países ricos partilham, resultante de diferenças históricas desiguais. **De acordo com Sen**, devemos ser cautelosos sobre apropriação contemporânea de recursos ambientais, “deve-se ter em conta na procura de um contrato plausível sobre como partilhar os encargos do controlo ambiental entre os diferentes países hoje”. Os argumentos de Sen precisam de ser lidos com atenção para problematizar a agenda da ONU sobre a cooperação global. Para além das questões de cooperação, os países ricos têm primeiro de reconhecer as divisões ou os conflitos de interesses e estar totalmente preparados para responder a questões sobre a partilha dos custos e benefícios de um ambiente melhor, tanto hoje como no futuro, e evitar isso seria pouco contribuir para o sucesso de tais eventos globais. Dito isto, os países mais pobres que falam abertamente das suas injustiças históricas deveriam pensar em formas alternativas para além do progresso econômico ocidental e ter a coragem de assumir a liderança.

Mas, como **um** estudante de humanidades, vê a relevância e o significado da **literatura, por exemplo**, na compreensão da complexidade da crise ambiental global e, para ser mais preciso, no sucesso da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável? Embora o Objectivo quatro vise proporcionar igualdade de acesso à educação acessível com a crença de que “a educação é um dos veículos mais poderosos e comprovados para o desenvolvimento sustentável”, como é que uma compreensão humanística do desenvolvimento sustentável influencia o mesmo? Em um momento em que o mundo luta arduamente para lidar com as ameaças da crise ambiental, há também um ar de crescente impaciência face à lentidão da resposta humana para impedir a crise, tanto a curto quanto a longo prazo. Apesar dos imaculados planejamentos científicos e técnicos a nível global, a preocupação com a crise ambiental geralmente não conseguiu arrastar o impacto que deveria ter causado. com muitos estudiosos do meio ambiente estarem preocupados com a possibilidade do problema estar atingindo o limite da irrecuperabilidade. Embora os problemas ambientais tenham sido geralmente considerados como tendo uma solução científica e técnica, e por vezes, no máximo, possam ser vistos como um desafio social, especialmente por estudiosos no campo da economia e da sociologia, as limitações das ciências naturais, técnicas e muitas vezes sociais são a sua incapacidade de abordar as ações humanas e a sua subjetividade, evitando assim o estudo do

comportamento das partes interessadas mais significativas do processo global, cuja ação se acredita ser a principal responsável por tal pântano ambiental.

Como tal, qualquer acção política para travar a catástrofe ambiental global e promover o desenvolvimento sustentável não tem conseguido gerar os recursos imaginativos que deveriam ter, algo que é essencial para repensar a relação homem/natureza. As humanidades ambientais servem para preencher esta lacuna através de uma sinergia transdisciplinar entre as ciências naturais, as ciências sociais e a literatura que permite uma compreensão mais abrangente da crise ambiental. Enquanto as ciências ambientais investigam as realidades materiais da crise ambiental, as humanidades ambientais investigam textos literários e culturais como histórias, símbolos, meios de comunicação, rituais e códigos quotidianos, legados históricos, filosofias, estruturas sociais, política e práticas económicas, a fim de explorar as maneiras como eles moldam a consciência ambiental individual e coletiva.

Amitav Ghosh, em seu ensaio “*Wild Fictions*”, argumenta que “se há algo distintivo nos seres humanos, como espécie, consiste, acredito, em nossa capacidade de vivenciar o mundo por meio de histórias”. As ciências, particularmente a história natural, como a botânica, a zoologia, a geologia, etc., dirigem um olhar de escrutínio interpretativo concentrado para a cortina de sinais que é chamada de “dados”.

ⁱ Veja-se